

AS REPERCUSSÕES DA CRISE DO CAPITAL PARA A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS EM TEMPOS AUTOCRÁTICOS DO GOVERNO BOLSONARO

Sebastião Rodrigues Marques¹
Valdineri Nunes Ferreira²

RESUMO

Esse artigo tem a finalidade de contribuir com o debate do Programa Nacional de Assistência Estudantil/PNAES no cenário contemporâneo, alvo das medidas restauracionistas de socorro ao capital em razão das suas crises. Trata-se de uma revisão bibliográfica acerca das crises do capital a partir de 1970 e seus desdobramentos para o PNAES nas conjunturas dos anos 2000 até o governo autocrático de Bolsonaro. Conclui-se que o PNAES se configura como um programa essencial para acesso e permanência dos estudantes nas Instituições de Ensino Superior/IFES, no entanto, o programa vem passando por reduções e contingenciamentos orçamentários, acentuando a lógica dos mínimos sociais e da focalização, características das contrarreformas do Estado para os direitos sociais.

Palavras-chaves: Crise do capital; Educação; Ensino Superior; Assistência Estudantil

INTRODUÇÃO

As considerações problematizadas neste trabalho é parte dos estudos dos autores em se aproximar e apreender as determinações das crises do capital e suas repercussões para a Política de Educação, com destaque para as ações do Programa Nacional de Assistência Estudantil/PNAES implementado pelas Universidades Federais do País. Seu principal objetivo é compreender os elementos que dão materialidade a crise estrutural do capital (MÉSZAROS, 2008) e suas medidas restauracionistas a exemplo da Reestruturação Produtiva, Neoliberalismo e Reforma do Estado e seus desdobramentos para os Direitos Sociais, com ênfase no direito à assistência estudantil para acessar e permanecer nas instituições de ensino superior. Trata-se de um estudo bibliográfico, de cunho qualitativo, cuja perspectiva de análise é o materialismo crítico-dialético.

¹ Mestre em Serviço Social, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Especialista em Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais, pela Universidade de Brasília (UnB), em parceria com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Bacharel em Serviço Social, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Assistente Social da Universidade Federal de Campina Grande – Campus Patos. Professor do curso de graduação em Serviço Social do Centro Universitário de Patos (UNIFIP). E-mail: bastinmarques@gmail.com

² Mestre em Educação, pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Especialista em Saúde da Família e em Saúde Coletiva, pelo Centro Universitário de Patos (UNIFIP). Bacharel em Serviço Social, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Assistente Social Escolar da Prefeitura Municipal de João Pessoa – Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEDEC). E-mail: dineri.nunes@gmail.com

A adoção do método histórico-crítico de cariz marxista permitirá levantar e analisar as mediações que perpassam as contradições, anunciadas por múltiplas expressões da desigualdade vividas pelos alunos pobres das IFES e as formas de enfrentamento engendradas pelo Estado brasileiro no sentido de “[...] viabilizar a igualdade de oportunidades” (BRASIL, 2010, p. 2). Aproximando-se das particularidades do PNAES a partir do entendimento de que esse Programa não se propõe a erradicação das situações de desigualdade estrutural em que vivem os alunos pobres. Desse modo, a crítica marxista adotada intenta romper com a visão superficial do fenômeno da desigualdade, ou seja, da visão fetichizada e suas representações comuns, ao deslindar a dinâmica e suas contradições que geram essa realidade social. Para tanto, a análise deve partir do concreto para o abstrato e deste para o concreto em um movimento dialético, que dê conta das múltiplas determinações (TANEZINI, 2004) que envolvem o fenômeno da democratização do acesso as instituições federais de ensino e os limites encontrados pelo PNAES e pela lei de cotas para a permanência de segmentos historicamente apartados do ambiente educacional de ensino superior público.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A sociabilidade capitalista contemporânea apresenta os seus limites na apropriação privada da riqueza socialmente produzida, nas contradições provocadas por essa máxima levada ao extremo devido à própria incontrolabilidade do capital que segundo Mézaros (2004) é produtora da barbárie atual. A socialização coletiva do trabalho é atualizada ao máximo pelos novos domínios do capital, reatualizando velhas formas de extração do sobreproduto social, emergindo novos condutos de parasitismo da força de trabalho que se solidarizam numa perspectiva única de valorização incessantemente do capital revelando o que assevera Mézaros *apud* Netto (2010, p.1) que “[...] o estágio atual da produção capitalista é necessariamente destrutivo”.

O Capitalismo seguiu com sua fase expansionista nos países centrais no pós-guerra de 1945 até os anos de 1970, período marcado “[...] por altas taxas de crescimento econômico, ampliação de empregos e salários e uma forte intervenção do Estado”. (MOTA, 2009, p. 55). De acordo com Behring (2009) esse período fordista/ keynesiano e sua política expansiva e anticíclica “[...] deram suporte a um período de avanço sustentado do emprego e do consumo” (MONTES, 1996 *apud* BEHRING, 2009, p. 71), embora os “perigos” do Welfare State tenham sido descobertos pelo neoliberalismo nos termos de Montes *apud* Behring (2009, p. 72). Behring (2009) sinaliza que esse padrão expansionista do capital começou a se exaurir no final dos anos 1960 quando as taxas de crescimento, conjugadas com as “[...] funções mediadoras

civilizadoras mais amplas [...]” (BEHRING, 2009, p. 308) do Estado, a ampliação da classe trabalhadora não sendo incorporada pelo mercado de trabalho associando-se a esse processo, o aumento de tecnologias ao processo produtivo, ambos elementos acabaram contrariando a lógica empreendida na fase expansionista do capital.

Como indica Mota (2009, p. 53) as crises “[...] são inelimináveis e indicam o quanto é instável o desenvolvimento capitalista”, sendo necessário o reconhecimento do desenvolvimento das crises no terreno histórico, sejam de ordem econômica e ou sejam com o seu caráter orgânico, ganhando destaque a sua dimensão política. As crises são “hiatos dentro do processo de reprodução social (RUBIN, 1980, p. 31 apud MOTA, 2009, p.53) para além de serem naturais, elas revelam sua condição precípua conforme já sinalizada por Mézaros *apud* Netto (2010) e Mota (2009). Essa produção socializada e a riqueza dela provinda e apropriada de forma privada criando outras contradições inerentes a essa contradição fundamental do modo de produção capitalista nos termos de Mota (2009): racionalidade na forma de produzir de forma individualizada em cada empresa ocasionando formas não racionalizadas no conjunto da produção; tendência a queda da taxa de lucros da concorrência em razão da ampliação dos lucros das corporações empresariais; e a redução do consumo em razão do crescimento da produção.

Mota (2009, p. 58) ressalta dois movimentos presentes a partir dos anos 1980 como medidas restauracionistas do capital: reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho; e a “[...] emergência de um novo imperialismo e de uma nova fase do capitalismo, marcada pela acumulação com predomínio rentista” (HARVEY, 2004 apud MOTA, 2009, p. 58). De acordo com Behring (2009, p. 70) três aspectos integram o receituário para restauração do capital, ocasionando contundentes transformações na contemporaneidade que perpassam a vida em sociedade: a reestruturação produtiva, a mundialização do capital e a contrarreforma neoliberal, essas medidas restauracionistas vêm ocasionando significativas transformações societárias sejam no âmbito econômico (com as sucessivas crises), no aspecto político (com a centralidade da individualidade e desconstrução de projetos coletivos) e nos rebatimentos nos direitos sociais, até então viabilizados pelas políticas sociais (TONET, 2009).

Orquestrada pela ofensiva neoliberal, a ação sociorreguladora do Estado se retrai, pulverizando os meios de atendimento às necessidades sociais dos trabalhadores entre organizações privadas mercantis e não-mercantis, limitando sua responsabilidade social à segurança pública, à fiscalidade e ao atendimento, através da assistência social, àqueles absolutamente impossibilitados de vender sua força de trabalho. A classe trabalhadora é também atingida pelos processos de privatização, inicialmente através da

venda de empresas produtivas estatais, seguindo-se uma ampla ofensiva mercantil na área dos serviços sociais e de infraestrutura, tais como os de saúde, previdência, educação, saneamento básico, habitação etc., amparados pela liberalização da economia, sob a égide da liberdade de mercado e retração da intervenção do Estado. (MOTA, 2009, p. 59)

A contrarreforma neoliberal, em especial, ganha concretude com a Reforma do Estado, enquanto um dos instrumentos de materialização das propostas acima elencadas diante das transformações societárias advindas da década de 1970. O grande mote torna-se o fim dos protecionismos e particularismos dos Estados nacionais em favor da internacionalização do capital e do controle deste pelos países centrais, em que as economias da periferia do capital “[...] transformam-se em campo de absorção de investimentos produtivos” (MOTA, 2009, p. 57); “[...] onde o Estado tem um lugar cada vez mais subordinado e paradoxalmente estrutural” (HUSSON, 1999 apud BEHRING, 2009, p. 72). Mota (2009) ressalta a inexistência do Welfare State no Brasil, pois uma das particularidades na formação social do Brasil é que o plano desenvolvimentista do país “[...] foi resultado de um processo de modernização conservadora que consolidou a industrialização e o crescimento econômico, mas não redistribuindo os resultados dessa expansão com a maioria da população trabalhadora” (MOTA, 2009, p. 57).

Precisamente no Brasil, os impactos das medidas do ajuste estrutural do capital começam a ser materializadas na década de 1980 com ações de reestruturação produtiva, sendo intensificadas com as medidas da acumulação flexível no processo produtivo na década de 1990, de acordo com Mota (2009, p. 60). Ainda nos anos de 1990, as ideias neoliberais ganharam força, “[...] destinado a disputar hegemonia” (ANDERSON, 1995; MOTA, 1995 apud BEHRING, 2009, p. 310), no campo social se teve o aumento da pobreza, do desemprego e da desigualdade (NETTO, 2006 apud BEHRING, 2009, p. 310), e no campo político uma crise da democracia (WOOD, 2003 apud BEHRING, 2009, p. 310). A Reforma do Estado ganha destaque a partir do Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) com suas medidas contra reformistas do Estado, nas considerações de Behring (2009, p. 72) sendo adensada nos governos seguintes do presidente Luís Inácio Lula da Silva, da presidenta Dilma Rousseff, Michel Temer e do atual presidente Jair Messias Bolsonaro que assevera essa face ofensiva do neoliberalismo. Essas saídas implementadas desde a década de 1980 de restauração do modo de produção capitalista consubstancia uma cultura da crise, conforme sinalizada por Mota (1995 apud BEHRING, 2009, p. 80)

[...] uma cultura política da crise recicla as bases da hegemonia do capital, mediando as práticas sociais das classes e formando um novo consenso. [...] o

enfrentamento da crise relaciona-se à capacidade das classes de fazer política, disputando na sociedade civil e no Estado a condução do processo. Compõe essa disputa a difusão por parte das classes dominantes de uma cultura da crise, cujos componentes centrais são o pensamento privatista e a constituição do cidadão-consumidor, com o sentido de assegurar a adesão às transformações no mundo do trabalho e dos mercados.

A realidade brasileira guarda suas particularidades do seu passado histórico combinando-se com as especificidades de cada governo citado anteriormente, entretanto, o plano “desenvolvimentista” do país convive com as contradições do capitalismo conforme já sinalizada por Mota (2009). Acerca das crises, “[...] elas são funcionais ao modo de produção capitalista, constituindo-se num mecanismo que determina a restauração das condições de acumulação, sempre em níveis mais complexos e instáveis, assegurando, assim, a sua continuidade”. (NETTO; BRAZ, 2006, p 162 apud MOTA, 2009, p. 54). Os dois governos do presidente Lula apesar dos avanços no campo das políticas sociais, estiveram alinhados aos interesses dos banqueiros e do grande capital, sendo continuado com a sua sucessora, a presidenta Dilma Rousseff no seu primeiro mandato, até a sua saída do cargo via processo de impeachment votado em 31 de agosto de 2016 no Senado Federal retirando a presidenta Dilma Rousseff³ do cargo. Na análise de Alves “os governos pós-neoliberais de Lula e Dilma não apenas não alteraram a dinâmica sociometabólica do novo capitalismo flexível, mas, pelo contrário, a impulsionaram de forma sistêmica”. (2013, p. 01).

Durante o final do primeiro mandato do presidente Lula, o mundo vivencia “algo sinistro” como pontuou Harvey (2011), começou a ocorrer nos Estados Unidos em 2006 sendo nomeada em 2008 após a sua onda devastadora no mercado habitacional nos Estados Unidos, de crise das hipotecas subprime. “Até o fim de 2007, quase 2 milhões de pessoas perderam suas casas e outros 4 milhões corriam o risco de ser despejados. Os valores das casas despencaram em quase todos os EUA e muitas famílias acabaram devendo mais por suas casas do que o próprio valor do imóvel” (HARVEY, 2011, p. 09). Essa crise do capital ganha corpo e começa a se expandir para além do epicentro americano, afetando o resto do mundo, a exemplo do Reino Unido, Leste e Sudeste da Ásia, Alemanha, Brasil, Rússia, Venezuela, dentre outros países. Essa crise conhecida como estouro da bolha imobiliária nos Estados assumiu um caráter de “mãe das crises” que passaram a ocorrer com mais frequência após a crise do capital dos

³ “Dilma, mesmo tendo feito um governo (como fizeram os governos petistas desde 2003) predominantemente voltado para os interesses do grande capital e de seus sócios brasileiros e, a partir de 2015, tendo adotado um programa de governo muito semelhante ao que foi apresentado (e derrotado) pelo candidato do PSDB em 2014, foi arrancada da presidência da República porque foi considerada incapaz de permanecer à frente dos interesses capitalistas que tanto serviu. Estes agora precisavam de um governo genuinamente burguês, capaz de não ceder o mínimo aos trabalhadores, de lhes retirar o pouco que conquistaram e de servir inteiramente, sem concessões, ao grande capital. O pacto de classes já não mais prestava” (BRAZ, 2017, p. 87-88).

anos de 1970 (HARVEY, 2011, p. 13), onde o papel do Estado é fundamental no socorro ao sistema financeiro. No caso do Brasil, de acordo com Salvador “as medidas adotadas no campo da política monetária, destacadamente as mudanças nas regras do depósito compulsório, leilões com dólar e a linha de troca de moeda com o Federal Reserve (FED), que somaram R\$ 284 bilhões” (2010, p. 624).

Esse cenário no Brasil se complexifica com a Crise institucional e o Golpe Democrático em 2016 por meio do choque de interesses das classes capitalistas, em que a presidenta Dilma não mais servia aos interesses dessas classes (BRAZ, 2017), sendo retirada do cargo por meio do processo de impeachment. Assume a presidência da República, Michel Temer, que implementa um conjunto de contrarreformas com novas medidas para a retomada da lucratividade, dentre elas, a Emenda Constitucional EC/95 que congela gastos para as áreas da Educação e Saúde por 20 anos “com o objetivo de reduzir sua participação a meros 10% do PIB, abrindo espaço para a presença do setor privado, e nele, especialmente o capital estrangeiro, em atividades antes desenvolvidas ou garantidas pelo Estado” (MARQUES; UGINO, 2017, p. 20); A Proposta de Reforma da Previdência PEC/287 em 2017, não sendo aprovada em razão das denúncias de corrupção, pela proximidade das eleições presidenciais e pelos custos para aprovar a reforma (GRANEMAN, 2020) e a aprovação da Reforma Trabalhista, alterando 117 artigos e 200 dispositivos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 2017.

O atual governo escancara reflexos neofacistas, misóginos, racistas e ultraneoliberais, potencializando discursos que alimentam o ódio contra as minorias sociais; tem parte da sua base ministerial composta por militares, trocas sucessivas de ministros, inclusive ministros da saúde em plena pandemia da COVID-19 iniciada em 2020, totalizando 608 mil brasileiros mortos, demonstrando irresponsabilidade e falta de gestão da pandemia, desprezo com a ciência e com as recomendações da Organização Mundial de Saúde/OMS nas medidas de biossegurança. Desde o início da pandemia, Bolsonaro aglomera, não usa máscara, desqualifica o papel da ciência, defende o uso de hidroxicloroquina sem eficácia comprovada. Retardou a compra de vacinas. Em razão dessas questões, ocorreu no Congresso Nacional a CPI da COVID para investigar a ação do governo na pandemia, pesquisadores sinalizam que 95 mil vidas poderiam ter sido salvas se o presidente da república não tivesse recusado a compra das vacinas, o descrédito com a vacina é tamanha, que o mesmo não se vacinou até então.

No conjunto dos rebatimentos da atual crise do capital, a educação passou a ocupar um lugar de destaque na esfera econômica e na lógica da reforma do Estado que resguarda um dos setores em que o Estado não seja o responsável exclusivo pelos serviços educacionais. As

reformas universitárias ocorridas nos governos de FHC, Lula e Dilma caracterizam-se pelo empresariamento da Educação Superior. Na análise de Lima (2012), aponta dois eixos que dão materialidade à lógica posta, sobretudo nos governos petistas, quais sejam: o primeiro eixo representado pelo aumento de IES privadas e do financiamento público indireto para o setor privado via FIES e PROUNI; da privatização interna da IES públicas via cursos pagos, parcerias universidades-empresas e fundações de direito privado; e do produtivismo que acompanha a pesquisa e a pós-graduação conduzida pela CAPES e pelo CNPq. O segundo eixo exprime a certificação em larga escala vistoriada em ações como o EAD e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/REUNI criado por meio do Decreto Presidencial nº 6.096/2007. O REUNI tinha como objetivos o aumento das vagas de ingresso, redução das taxas de evasão e ocupação de vagas ociosas, nesse sentido, “[...] é no interior das propostas “democratizantes” levadas à cabo por programas como o REUNI, que a assistência estudantil é incorporada na agenda de “reformas” do governo federal” (NASCIMENTO, 2013, p. 14).

Do ponto de vista histórico a assistência prestada aos estudantes no Brasil remonta aos anos de 1930, passando por mudanças no decorrer do século XX, e alterações profundas na sua concepção e operacionalização no século XXI (KOVALSKI, 2012). Em especial nos anos dos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) observa-se regulamentações para assistência estudantil por meio da Portaria Normativa nº 39 do MEC instituindo o Programa Nacional de Assistência Estudantil/PNAES em 12/12/2007, regulamentado em 19/07/2010 pelo Decreto nº 7.234 da Presidência da República. A Portaria Normativa nº 39 do Ministério da Educação/MEC que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil/PNAES em 12 de dezembro de 2007 define áreas de ação do programa; sendo referência para projetos e programas de Assistência Estudantil nas IFES, configurando-se como de caráter amplo de acesso, sem critérios restritivos explícitos.

O Decreto nº 7.234/2010 que regulamenta o PNAES é um Instrumento jurídico que permite maior estabilidade ao programa, definindo a finalidade e objetivos do programa contribuindo para referência de ações nas IFES; incluindo outras áreas de atuação que não estavam previstas na portaria normativa nº 39 do MEC; restringe o acesso por meio da focalização (fora outros critérios criados pelas IFES) sem deixar explícito como será realizada a verificação dos critérios; não apresenta os critérios para a permanência dos estudantes, nem a articulação do acesso com a finalidade do programa (desempenho acadêmico); o usuário da assistência estudantil é o estudante e não a família, o que configura um caráter individual ao

programa; dentre outros aspectos, a execução do programa é descentralizada ocasionado uma pulverização de normas canalizadas por meios de resoluções, portarias e editais por parte das Instituições de Ensino Superior/IFES (IMPERATORI, 2017).

A alteração do perfil dos estudantes que tem ingressado nas IES coloca desafios para ambas as instituições no sentido de que essa expansão garanta não apenas a democratização no acesso, mas as condições objetivas para que os estudantes permaneçam nas instituições de ensino superior. As pesquisas do FONAPRACE com o apoio da ANDIFES se aproxima do perfil dos estudantes de graduação presente nas IFES brasileiras como demonstram os dados das pesquisas ocorridas nos anos de 1996, 2003, 2010, 2014 e a última coleta realizada em 2018, que trata da V Pesquisa. O Relatório Executivo do FONAPRACE/ANDIFES/2018 recupera dados das pesquisas realizadas nos anos anteriores, dando ênfase aos dados da IV pesquisa realizada em 2014 em que se verifica uma maior democratização da universidade em razão da expansão das IES, das ações de mobilidade territorial via SISU e por meio da lei de cotas de 2012, tendência que se amplifica na recente pesquisa de 2018, contrariando assim, o relatório publicado pelo Banco Mundial, intitulado “*Um ajuste justo. Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil*” (BIRD, 2017), pontuando que os estudantes das universidades federais brasileiras são provenientes das camadas ricas e das escolas particulares.

Os dados da V Pesquisa estão organizados sobre perfil básico, moradia, origem familiar, trabalho, histórico escolar, vida acadêmica, atividades culturais, saúde e qualidade de vida e, dificuldades estudantis e emocionais coletadas junto a 65 Instituições Federais de Ensino, sendo 63 universidades federais e dois Centros Federais de Educação Tecnológica de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, número de IES existentes até o mês de fevereiro de 2018; reunindo um milhão, duzentos mil e trezentos estudantes participantes dessa versão da pesquisa, ambos discentes eram ingressantes entre 2000-2018, matriculados em 355 cursos distribuídos nos turnos diurno, noturno e integral, acentuando um recorte regional e estadual, sem especificar os dados das universidades e dos Cefets. Segundo a V Pesquisa, 70,2% de estudantes são oriundos de escolas públicas e com renda mensal familiar de até 1 e meio salário-mínimo; 51,2% de estudantes autodeclarados negros; dois “achados” conforme consta no Relatório Executivo do FONAPRACE/ANDIFES/2018 acerca dos dados da V Pesquisa. Esses dados são importantes porque mostram a importância da Lei nº12.711/2012, Lei de Cotas (Renda, PPI – pretos, pardos e indígenas - e Pessoas com Deficiência) para segmentos estudantis que historicamente tiveram sérias dificuldades para acesso à universidade pública brasileira, embora o caráter limitado das

ações da Assistência Estudantil nas IFES em razão do orçamento, concepção e operacionalização.

Os dados orçamentários evidenciam no histórico orçamentário do PNAES conjunturas de crescimento e regressão de investimentos necessários para estruturação e consolidação da política de assistência estudantil no país. No II Encontro da Regional Sudeste do FONAPRACE ocorrido em 07/10/2021 de forma remota, organizado pela Universidade Federal de Viçosa, cuja programação esteve pautada nas perspectivas e desafios na assistência estudantil nas IFES em 2022: o retorno presencial pós-pandemia, dentre as questões tratadas, o orçamento do PNAES foi umas das questões sinalizadas pelo prof^o Juscelino Silva. Os recursos para o PNAES foram crescentes de 2010 a 2016, 2107 e 2018 declina em relação aos anos anteriores, em 2019 os recursos foram R\$ 1.070.444.459,00; em 2020 o governo divide as rubricas em recursos não condicionados (estão garantidas) e recursos condicionados (na dependência da arrecadação federal), sendo assim, os recursos para o PNAES em 2020 foi assim distribuído: R\$ 626.463.914,00 - Não condicionado, R\$ 412.079.459,00 - Condicionado - Valor total: R\$ 1.038.543.373,00. E para 2021: R\$ 337.443,00 - Não condicionado, R\$ 501.012.687,00 – Condicionado, Valor total: R\$ 874.665.283,00. Para além desses elementos de condicionamento das rubricas orçamentárias, verifica-se o declínio do orçamento do PNAES em comparação aos anos anteriores. Para o ano de 2022 está previsto R\$ 1.060.722,95, um aumento de 26,5%, embora não acompanhe a inflação de 2019 a 2021 e levando em consideração a lógica condicionada de repasse e a demanda crescente de estudantes que precisam da assistência estudantil para permanecerem nas IFES.

O caráter das condicionalidades está no cotidiano operativos dos programas de assistência estudantil implementados pelas IFES, O decreto toca no perfil do estudante, no entanto não estabelece os critérios mais detalhados para inserção nos programas, deixando a cargo para as universidades. (KOWALSKI, 2012; NASCIMENTO, 2013; LIMA, 2017; DUARTE JUNIOR, 2020). Ambos autores reforçam em suas análises o cariz focalizado e seletivo do PNAES em razão da per capita de até 1 SM e meio para acesso aos programas, importando a lógica de mínimos sociais para a Assistência Estudantil. Conformando dessa forma mediações entre a Política Nacional de Assistência Social/PNAS e o PNAES. (ARAÚJO, 2018; DUARTE JUNIOR, 2020). O tripé alimentação, moradia e bolsa permanência, tem orientado as estratégias assistências nas universidades com o recorte da vulnerabilidade social, concentrando as ações nas demandas mais imediatas dos estudantes (ARAÚJO, 2018), desconsiderando os demais eixos de atuação do PNAES. Nesse sentido, a

Assistência/desempenho deveria ser uma questão que se observasse outros elementos que problematizasse as causas, obstáculos, limites do baixo desempenho dos estudantes, que, por conseguinte são retirados dos programas pelo desempenho obtido, configurando-se com cortes nos programas de assistência estudantil; cuja lógica interpretativa de Assistência Estudantil presente no PNE a compreende como uma questão de mérito, carência, e não enquanto direito (ARAÚJO, 2003). Ainda recorrendo a autora, a mesma ressalta que o FONAPRACE tem discutido a necessidade de criação de indicadores quantitativos e qualitativos para análise da relação Assistência/rendimento acadêmico, embora as ações do fórum caminhem na direção contrária, potencializando ações que já ocorrem nas IFES de análise quantitativa comparando as situações do desempenho dos estudantes assistidos versus os que não necessitam de assistência, fortalecendo a perspectiva da assistência como investimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A monetarização da política de assistência estudantil que já se fazia presente na diversidade de programas, é acentuada pelas IFES nesse contexto de pandemia, cristalizando-se dessa forma uma forte tendência a ações mais ampliadas de bolsificação da AE pós-pandemia, acentuando o ideário social-liberal (DUARTE JUNIOR, 2020). O ENEM/SISU; a LEI DE COTAS alteram o perfil dos estudantes, conforme os dados da pesquisa do FONAPRACE/ANDIFES, o que coloca uma série de desafios para as universidades. A análise dessa realidade das universidades que por um lado tem um número crescente de segmentos estudantis empobrecidos e no limite da renda para sobrevivência, fragilizando assim a propalada democratização do ensino superior; por outro, que conta com um programa de assistência estudantil limitado e focalista, pautado por uma lógica de operacionalidade com ênfase nas condicionalidades dos estudantes para permanência nos programas; e ainda; no contexto de radicalização da ofensiva ultraneoliberal para os direitos sociais do atual governo Bolsonaro coloca questões e desafios para se pensar, refletir essa política social.

Diante dessas inquietações sinalizadas e principalmente em decorrência da ofensiva neoconservadora e ultraneoliberal, em curso desde 2016, faz-se necessário apreender as inflexões do conjunto de contrarreformas adotadas no período de 2016-2021 para o PNAES. Em particular, investigar as implicações das contrarreformas na educação superior e dos programas de ajuste fiscal na política de permanência dos estudantes das universidades públicas brasileiras, de modo a captar as tendências que se apresentam nos programas de assistência estudantil a partir de então. Eis o desafio!

REFERENCIAS

ARAÚJO, Josimeire de Omena. **O elo assistência e educação: análise assistência/ desempenho no Programa Residência Universitária alagoana.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003

ARAÚJO, Lucas Pinheiro. **Assistência estudantil na Universidade Pública: de qual permanência falamos?** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018

BEHRING, Elaine, Rossetti. Expressões políticas da crise e as novas configurações do Estado e da sociedade civil. In: **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2009. Unidade I.

_____ Política Social no contexto da crise capitalista. In: **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2009. Unidade III

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Nacional de Assistência Estudantil. Portaria Normativa MEC nº 39,** de 12 de dezembro de 2007.

BRASIL/MEC. **Diretrizes Gerais do REUNI.** [Brasília, DF], 2007b.

BRASIL. PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação da Educação Nacional – LDB (nº 9.394/1996)**

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). Decreto nº 7.234,** de 19 de julho de 2010.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Plano Nacional de Educação (PNE). Lei 13005,** de 25 de junho de 2014.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Decreto Nº 6.096,** de 24 de abril de 2007.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. In **Revista Serviço Social e Sociedade,** n. 128 (janeiro/abril). São Paulo: Cortez, 2017

DUARTE JUNIOR, Neston. Gomes. **Assistência Estudantil nas Universidades Estaduais Brasileiras: as marcas dos programas de bolsas e auxílios financeiros na permanência discente.** Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020

FONAPRACE/ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES (Relatório Executivo).** Uberlândia, 2019.

GRANEMANN, Sara. **Quando o capital vai às compras: direitos sociais, privatização e a acumulação capitalista.** Revista Linhas. Florianópolis, v. 21, n. 46, p. 50-71, maio/ago. 2020.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo/SP: Boitempo, 2011

IMPERATORI, Thaís. Kristosch. **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira** In Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des) caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. Tese (Doutorado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul/ Faculdade de Serviço Social/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Porto Alegre, 2012.

LIMA, Gleyce. Figueiredo de. **Educação pública e combate à pobreza: a política de assistência estudantil no IFRJ/campus São Gonçalo (2008-2015)**. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017

LIMA, Kátia. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. In: FORTI, Valeria *et al* (Coords). **Serviço Social e Educação**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2012.

MARQUES, Rosa. Maria; UGINO, Camila. Kimie. **O Brasil é chamado à ordem**. Argum., Vitória, v. 9, n. 3, p. 8-23, set./dez. 2017.

MÉSZÁROS, István. Economia, política e tempo disponível: para além do capital. **Revista Margem Esquerda: ensaios marxistas**, São Paulo, n. 01, p. 93 -124, 2008.

MOTA, Ana. Elisabete. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In: **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2009. Unidade I.

NASCIMENTO, Clara Martins do. **Assistência Estudantil e contrarreforma universitária nos anos 2000**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social, UFPE. Recife, 2013.

NETTO, José Paulo. **Uma face contemporânea da barbárie**. III ENCONTRO INTERNACIONAL “CIVILIZAÇÃO OU BARBÁRIE”. Serpa, 30, 31 de outubro e 1º de Novembro de 2010. Disponível em <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/3436/2657> Acesso em 15 de outubro 2021

SALVADOR. Evilásio. **Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo**. In. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 104, p. 605-631, out./dez. 2010

TANEZINI, Thereza R. Z. Parâmetros teóricos e metodológicos para análise de políticas sociais. In: **Revista Ser Social n° 14** (jan/jun. 2004), p.13-44. Brasília, SER Social UNB, 2004.

TONET, Ivo. Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade. In: CFESS (org). **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2009. Unidade I